

# São Paulo contra o desmonte: "é injustiça".

20 OUT 1988

JORNAL DA TARDE

## Os números do confronto

Item	Proposta do gov. federal	Proposta do gov. paulista
Dívida externa vencida e a vencer em 89, com aval da União.....	1.400	100
Dívida externa vencida sem aval.....	175	175
Encargos.....	83	83
Resolução 63.....	137	137

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está certo: as contas públicas precisam ser controladas. Mas o ajuste do déficit não pode ser feito apenas à custa de Estados e municípios, protestou ontem o secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, ao explicar a oposição do governo paulista à exigência de que Estados e municípios recolham ao Banco Central 25% de sua dívida externa como aval da União, vencida e a vencer em 1989. "Só entendo essa imposição do governo federal como uma manobra de negociação e não vamos aceitá-la passivamente", acrescentou.

Mazzucchelli reclama basicamente da divisão do ônus entre a União e os Estados. Enquanto as estatais federais, cujo "estoque" de dívidas vencidas e vindendas em 89 soma US\$ 21,2 bilhões, recolherão somente US\$ 1,1 bilhão (5,4%) ao BC no próximo ano, as estatais estaduais teriam de transferir para o banco US\$ 3,1 bilhões, ou 25% dos débitos totais, avaliados em US\$ 12,4 bilhões. Somente o Estado de São Paulo deveria recolher US\$ 1,4 bilhão do total de US\$ 986 milhões a vencer em 1989 e US\$ 4,17 bilhões considerados vencidos até 31 de dezembro de 1988.

"Mesmo contando com uma injeção de US\$ 500 milhões do orçamento do Estado, as estatais paulistas não têm recursos para cumprir essa exigência", garantiu

Mazzucchelli, que, no orçamento das empresas, está provisionando (separando) somente US\$ 100 milhões para amortização de dívidas externas com aval da União. "Se tivermos de transferir mais US\$ 1,3 bilhão para as empresas, só vamos dispor de três saídas desastrosas: ou cortamos todos os investimentos em áreas prioritárias, como transporte, educação, saneamento; ou reduzimos o custeio a zero; ou arrochamos o salário do funcionalismo", advertiu.

Para o secretário do Planejamento, é ilusório imaginar que a receita adicional de Cz\$ 400 bilhões que, segundo seus cálculos, o Estado de São Paulo receberá com a reforma tributária, bastará para resolver a questão. "Afinal, em contrapartida, teremos de lidar com a Operação Desmonte, a qual reduz drasticamente as transferências da União para Estados e municípios, a dificuldade na colocação de títulos da dívida pública estadual e uma queda real na arre-

cação de ICM, que já chegou a 13% entre janeiro e setembro, em comparação com o mesmo período de 1987", explicou. Para 1989, o Orçamento do Estado, calculado em US\$ 10 bilhões, prevê um aumento real de 7% no recolhimento de ICM, mas com base em expectativas conservadoras de inflação mensal: 23% de outubro a dezembro e 15% no próximo ano.

Diante desse panorama, o governo paulista se propõe a pagar, além dos US\$ 100 milhões da dívida externa de suas estatais com aval da União, outros US\$ 395 milhões a título de amortização de débitos sem aval, encargos e Resolução 63 e mais US\$ 800 milhões referentes à dívida interna (ver tabela).

O secretário Mazzucchelli sugere, no entanto, uma solução "mais justa" para evitar um confronto e o comprometimento das metas do déficit público do ministro Mailson da Nóbrega: manter o total de recolhimentos da dívida ao BC previsto pelo Tesouro (US\$ 4,2 bilhões) — impedindo, portanto, maiores pressões sobre as necessidades de financiamento do setor público —, mas aumentando o percentual das estatais federais e reduzindo o dos Estados e municípios, até nivelar a proporção de amortização em relação ao estoque de débitos. "Até porque, se Cesp e Eletropaulo têm de pagar, por que Itaipu e Nuclebrás podem rolar toda a sua dívida externa?", questiona.